

João de Souza Alho Neto

Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP).
Mestrando em Teoria do Direito e Democracia Constitucional no Instituto
Tarello per la Filosofia del Diritto/Università degli Studi di Genova, Itália.

Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de
Direito Tributário (IBDT). Graduado em Direito pela Universidade
Federal do Pará (UFPA), com período cursado na Faculdade Nacional
de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ).

Pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP
(2017-2019). Advogado. Professor em Cursos de Pós-Graduação.

Interpretação e Aplicação de Benefícios Fiscais

Série Doutrina Tributária Vol. XLIII



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2021

© João de Souza Alho Neto
 Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
 Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290 – 7º andar – conjuntos 71 e 72
 CEP 01318-902 – São Paulo – Fone/Fax: (11) 3105-8206
 e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
 Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
 Diretor Administrativo: João Francisco Bianco
 Diretor Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira
 Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti e Luís Flávio Neto

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Fabiana Carsoni Alves F. da Silva, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Martha Toribio Leão, Paulo Víctor Vieira da Rocha, Ricardo Maitto da Silveira e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ALHO NETO, João de Souza

A389i Interpretação e aplicação de benefícios fiscais. –
 São Paulo, SP: IBDT, 2021 (Série Doutrina Tributária, 43).

200 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86252-38-5

1. Direito Tributário 2. Interpretação 3. Benefício
 Fiscal 4. Brasil
 I. João de Souza Alho Neto II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Interpretação : Brasil
3. Benefício Fiscal : Brasil

Revisão: Carolina Mihoko Massanhi / *Edição:* Nelson Mitsuhashi
Impressão e acabamento: Gráfica Paym

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	13
Introdução	17

PARTE 1

INTERPRETAÇÃO LITERAL E BENEFÍCIOS FISCAIS DEFINIDOS

Considerações iniciais.....	25
-----------------------------	----

Capítulo 1

Interpretação Literal (ou *O Que é Interpretação Literal?*)

1.1. Acepções do vocábulo “interpretação”.....	31
1.1.1. Interpretação como atividade ou processo.....	32
1.1.2. Interpretação como produto ou resultado.....	43
1.2. Acepções do vocábulo “literal”.....	45
1.2.1. Literalidade na filosofia da linguagem.....	46
1.2.2. Literalidade no Direito.....	49
1.3. Método interpretativo literal.....	54
1.4. Interpretação literal e interpretações restritiva, extensiva e estrita.....	63
1.5. Considerações finais.....	68

Capítulo 2

Benefícios Fiscais (ou *O Que são Benefícios Fiscais?*)

2.1. Definição.....	69
2.2. Espécies.....	77
2.3. Regime jurídico.....	82
2.4. Relação com a igualdade.....	90

2.5. Considerações finais.....	100
--------------------------------	-----

PARTE 2

CRITÉRIOS PARA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Considerações iniciais.....	103
-----------------------------	-----

Capítulo 3

O Art. 111 do Código Tributário Nacional (ou *Qual o Conteúdo Prescritivo do Art. 111 do CTN?*)

3.1. Matéria regulada	111
3.2. Interpretação do dispositivo.....	117
3.2.1. Método literal.....	118
3.2.2. Método genético.....	124
3.2.3. Método sistemático.....	138
3.3. Considerações finais.....	147

Capítulo 4

Aplicação de Normas Relativas a Benefícios Fiscais (ou *Quais os Critérios e Limites do Aplicador de Normas Relativas a Benefícios Fiscais?*)

4.1. Atuação do Poder Judiciário.....	149
4.2. Casos difíceis.....	154
4.2.1. Situação fática dentro da literalidade e fora da te- leologia da norma	158
4.2.2. Situação fática fora da literalidade e dentro da te- leologia da norma	164
4.3. Casos extremos	171
4.4. Considerações finais.....	181

Conclusões.....	183
------------------------	------------

Referências	189
--------------------------	------------